

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/34737	1253/2024	Fiscalização de operações urbanísticas
Unidade Administrativa		
DF - [PD]		
Propósito		
Expediente Geral \ DF - Despacho (sem notificação)		
Órgão/Cargo que resolve		
Presidente da Câmara Municipal		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Processo: 1253/2024 (2024/500.10.300/36)

Assunto: Obras de conservação. Sensibilização.

Local: Travessa do Novaíno/Rua Vale D’Este, Gualtar

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Foi realizada ação inspetiva ao local, da qual resultou a informação que antecede, verificando-se que as condições de estabilidade do muro de vedação, se degradaram, tendo parte do mesmo desmoronado sobre a via pública.

Mais se constata que a de acordo com informação dos próprios, os anteriores visados não serão os proprietários do muro, tendo indicado como proprietário a própria Junta de Freguesia (que no presente processo é reclamante), circunstância que se revela incomum e carece de esclarecimento, por se tratar de uma situação atípica em que a entidade reclamante poderá, simultaneamente, ser a proprietária da infraestrutura em causa.



Nas fotos do local é visível vegetação, oriunda da propriedade, a invadir o domínio público, situação a encaminhar para a DFGeral.

Desta forma proponho:

1. A notificação, via Edital, nos seguintes termos:

· Foi constatado pela Divisão de Fiscalização Municipal, que o muro de vedação, confinante com a via pública, constituído por elementos em blocos de cimento, se encontra em mau estado de conservação, tendo parte do mesmo desmoronado sobre a via pública, necessitando de obras de conservação e reabilitação.

· Nesse sentido, nos termos do artigo 89.º do RJUE, na sua redação atual, dispõe do prazo de 60 dias úteis, para proceder reparação e consolidação do muro em causa, devendo, previamente, munir-se de todas as licenças e autorizações que se verifiquem necessárias para o efeito.

· No caso de incumprimento serão desencadeados os meios previstos no RJUE com vista à execução coerciva das obras/trabalhos em causa.

· Alerta-se para a responsabilidade civil e criminal que possa advir, caso ocorra algum dano para pessoas e bens em consequência da situação existente.

2. Dar conhecimento, à Junta de Freguesia, mais a questionando relativa à hipotética titularidade do muro, em causa, ou se nos disponibiliza informação sobre o assunto.

3. Retirar do processo os anteriores visados, dando-lhes conhecimento de tal facto, lamentando eventuais incómodos que lhes poderíamos ter causado com o pressuposto de que seriam os proprietários do muro em causa.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

